

□ Orçamento

18 AGO 1989

ESTADO DE SÃO PAULO

Cacex sabia da emissão de título

Governo nega, mas órgão sabia da emenda que o obriga a emitir títulos para Finex

ARMANDO MENDES

BRASÍLIA — Um órgão do governo, a Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil (Cacex) tinha conhecimento e interesse na autorização para que o Tesouro emita títulos públicos para cobrir gastos do Programa de Financiamento das Exportações, aprovada pelo Congresso na terça-feira, dentro da lei de créditos suplementares ao Orçamento, conhecida como **Jumbão**.

O Ministério da Fazenda é contrário à medida, porque ela quebra a regra de que o governo só gastará o que arrecadar, fi-

cando a emissão de títulos públicos limitada à rolagem da própria dívida pública em papéis. Assessores do ministro Mailson da Nóbrega dizem que ele desconhecia a emenda que autoriza a emissão para o Finex.

Mas o relator do jumbão,



Carlos Chicarino/AE - 28/5/87

Namir Salek: funcionários presentes

deputado José Carlos Vasconcellos, afirma que funcionários da Cacex já reivindicavam a cobertura de títulos para o Finex durante a discussão da Lei de Diretrizes Orçamentárias na Comissão Mista do Orçamento, em

maio. Vasconcellos garante que não recebeu nenhuma notícia de que o Executivo seria contrário à emissão autorizada no jumbão, durante a discussão desse projeto na comissão, já em junho.

"Essa emenda circulou amplamente na área da Secretaria de Planejamento e não recebi nenhuma ponderação sobre sua inconveniência", afirma Vasconcellos, que é pessoalmente favorável a ela. O autor de uma das emendas originais que autorizam a emissão, deputado Manoel Moreira (PMDB-SP), acrescenta que uma funcionária da Cacex, a gerente-adjunta de financiamento à exportação, Amélia Ioko, chegou a participar de discussões na comissão sobre a emenda, durante a tramitação do jumbão.

A Cacex, que é hierarquicamente subordinada a Mailson da Nóbrega, não admite nenhuma participação no encaminhamento das emendas que favorecem o Finex. Por intermédio de sua assessoria de imprensa, o diretor da Carteira, Namir Salek, disse, no Rio, que a Cacex é um órgão executor, que apenas põe em prática as decisões tomadas pelo Congresso. Salek só admitiu que funcionários seus estivessem acompanhando a tramitação de propostas relativas ao comércio

exterior, para informar o Executivo, contrariando a afirmativa do relator de que funcionários da Cacex fizeram reivindicações à comissão mista, em favor da emissão de títulos.

O deputado José Carlos Vasconcellos critica a posição contrária da Fazenda, acusando o ministro Mailson da Nóbrega de tentar reviver uma situação ocorrida no ano passado, quando funcionários de empresas e órgãos públicos iam à Comissão de Orçamento defender ações contrárias à posição oficial do governo.

"Hoje, superamos isso e há uma troca salutar de informações entre os técnicos da Secretaria de Planejamento e da Comissão Mista", destaca Vasconcellos. "Por que o governo não se manifestou na hora certa, durante a tramitação do projeto?". Para o relator, a exceção aberta pelo Congresso à regra de emissão de títulos é plenamente justificável.

"Trata-se de não cortar as exportações brasileiras para países do Terceiro Mundo, que não podem oferecer cobertura de crédito imediata aos exportadores brasileiros", explica.